

MERCADO DE TRABALHO

Legado:

Um dos maiores legados dos governos do PT foi a virtuosa evolução do mercado de trabalho, fruto de políticas ativas que tinham como objetivos principais:

- a) **a distribuição da renda em favor dos salários**, como demonstra os dados do IBGE a participação dos salários no PIB que havia caído desde a implantação do plano Real, voltou a subir de 2004 a 2014 passando de 30,6% para 34,6% nesse período;
- b) **a obtenção do pleno emprego**, que ampliou o poder de barganha das classes trabalhadoras;
- c) **a crescente qualificação da mão de obra**, com programas claros de expansão das escolas técnicas, dos campi universitários e com os programas de qualificação como o PRONATEC; e
- d) **processo de crescente formalização do mercado de trabalho**, em 2002 apenas 60% da população em idade ativa estava coberta pela previdência, em 2014 73% estavam integrados a um amplo sistema de proteção e promoção social. Contribuíram para isso, o ritmo de forte crescimento econômico, somado a políticas específicas como as alíquotas diferenciadas para o Microempreendedor Individual (MEI) e o Simples Nacional. Outro destaque importante é a chamada PEC das Domésticas, que regulamentou um setor que trazia ainda os resquícios do nosso passado escravocrata.

Os resultados dessas estratégias são inegáveis. De 2002 a 2014, os empregos formais praticamente dobraram, passando de 28,7 milhões para 49,6 milhões, tendo destaque em algumas áreas importantes cujo emprego tinha ficado estagnado, como construção civil e setor naval. A consequência, foi uma queda ininterrupta da taxa de desemprego, passando de 12,6% para 4,8%. Ambos resultados foram acompanhados por uma forte política de aumento real do salário mínimo, que teve uma valorização real de 77% acumulada no período e de aumentos persistentes dos demais salários acima da inflação, segundo o DIEESE.

O sucesso das medidas implementadas contrariara toda a argumentação de que seria necessário flexibilizar o mercado de trabalho e reduzir salários para que houvesse a expansão do emprego.

Ao contrário, colocamos em prática um modelo extremamente virtuoso em que o aumento dos salários aumentava a capacidade de compra dos trabalhadores e aumentavam a demanda por produtos, aumentando os investimentos, a produção e a geração de emprego formal.

Desmonte:

Infelizmente, todos esses ganhos estão agora ameaçados, o governo ilegítimo de Michel Temer está promovendo uma verdadeira guerra contra os pobres, como bem definiu o Bispo Dom Pedro Casaldáliga.

Desde 2013, muitos analistas começaram a culpar o baixo desemprego pelo aumento da inflação, vários, inclusive o atual presidente do BC, defendiam que era preciso reduzir a pressão do mercado de trabalho, ou seja, AUMENTAR O DESEMPREGO. Conseguiram, saímos de 6 milhões de desempregados em 2014 para 13 milhões agora.

Somado a isso, o Governo Temer aprovou a Emenda Constitucional 95/2016, que ficou conhecida como a “PEC do Fim do Mundo”, que torna inviável a manutenção da política de aumento real do salário mínimo e, em um dos seus artigos, deixa clara a proibição de aumento real, sempre que o teto dos gastos for estourado.

Eles conseguiram aumentar o desemprego e derrubar os salários e assim conseguiram reduzir a inflação. Mas trabalhadores não têm se beneficiado da inflação baixa. Como apontam os dados do DIEESE, as categorias não têm conseguido mais ganhos acima da inflação, os salários em média tiveram queda real, e, com o aumento do desemprego, muitos trabalhadores perderam inclusive a sua fonte de renda.

Agora, diante do quadro que eles mesmos criaram, apontam as Leis trabalhistas como responsáveis pelo desemprego e oferecem como remédio a reforma trabalhista. Após uma terapia de choque com a população querem que a população aceite o que chamam de remédio amargo, quando na verdade trata-se de um veneno.

A Reforma trabalhista, nada mais é do que o sonho dos patrões e um desrespeito total com os trabalhadores, pois flexibiliza os direitos atuais e precariza as relações entre capital e trabalho, o que afetará a todos os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. Com isso perderão todos, pois não teremos mais esse grande motor do desenvolvimento que foi a distribuição de renda em favor dos trabalhadores.

Além de ampliar o contrato de trabalho temporário de 90 para até 270 dias, o governo Temer introduziu a terceirização irrestrita, inclusive da atividade-fim, o que significará a redução dos salários e a piora das condições de trabalho de milhões de trabalhadores.

Com o PL nº 6.787, de 2016, o governo Temer elimina direitos conquistados ao longo de quase cem anos pelos trabalhadores brasileiros. Votado de forma autoritária e sem diálogo social, o projeto modifica mais de cem artigos da Consolidação dos Direitos do Trabalho (CLT), diminuindo a proteção que as leis trabalhistas conferem à parte mais fraca do contrato de trabalho. Entre as mudanças mais preocupantes estão:

i] introduz o negociado sobre o legislado, de modo que os acordos entre patrões e empregados ficarão acima da lei. Entre os temas passíveis de negociação estão o parcelamento das férias, a redução salarial e o aumento da jornada acima do limite legal, podendo chegar a 12 horas diária (regime 12x36) e 48 horas semanais;

ii] estimula os contratos precários de trabalho: amplia o contrato a tempo parcial; flexibiliza regras do temporário; cria o contrato intermitente; regulamenta o teletrabalho por meio de “tarefas”, sem correspondência com a “duração do trabalho”;

iii] cria obstáculos ao acesso à Justiça do Trabalho e reduz o poder normativo do Tribunal Superior do Trabalho;

iv] limita a validade do acordo ou convenção coletiva, independentemente da assinatura de novos: o vácuo entre os acordos ou convenções poderá significar perdas para os trabalhadores e um instrumento de pressão dos patrões para a assinatura de acordos piores; e

iv] promove a individualização da negociação trabalhista e enfraquece a organização sindical, diminuindo o poder de pressão dos sindicatos dos trabalhadores.

Em nome da modernização das relações entre capital e trabalho, a reforma trabalhista retira os direitos dos trabalhadores.